

- XI -

**INTERCÂMBIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE PRÁTICAS
INOVADORAS DE GESTÃO ESCOLAR¹****Gabriela Sousa Rêgo Pimentel**Universidade do Estado da Bahia – Brasil
meg.pimentel@uol.com.br**Rosa Maria Silva Furtado**Universidade do Estado da Bahia – Brasil
rfurtado@uneb.br**Christiane Andrade Regis Tavares**Universidade do Estado da Bahia – Brasil
cregis11@gmail.com**Introdução**

O trabalho apresenta resultados da atividade extensionista, intitulada I Intercâmbio Científico e Tecnológico de Práticas Inovadoras de Gestão Escolar. Os saberes de gestores materializados em práticas inovadoras se revertem em dados quantitativos e qualitativos, além de servir como referencial à produção científica e os aspectos de ordem prática e o intercâmbio de práticas poderão contribuir com reflexões e tomadas de decisões futuras, em termos de gestão escolar.

O trabalho refletiu sobre as políticas públicas no contexto da educação básica e fomentou o intercâmbio científico e tecnológico de práticas inovadoras de gestão escolar. O problema norteador foi como o trabalho de gestão, desenvolvido no cotidiano das escolas, favorece nos resultados, no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)? Os procedimentos compreenderam a coleta de dados disponíveis no repositório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), referentes ao IDEB das escolas e posteriormente foi realizado um seminário para discussões e o fomento do intercâmbio científico e tecnológico de práticas inovadoras de gestão escolar.

Desenvolvimento

O Projeto de Extensão buscou analisar como o trabalho de gestão, desenvolvido no cotidiano das escolas, favorece nos resultados do IDEB. Após levantamento do IDEB das escolas da Rede

¹ Pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa do CNPq da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IX – EDUCATIO: Políticas Públicas e Educação: dos fundamentos às relações sócio-política-econômicas.

Municipal do Ensino Fundamental, em Barreiras, Bahia, Brasil, realizou-se pesquisa exploratória, a fim de identificar as principais práticas de gestão e os resultados positivos.

Depois, ocorreu o I Intercâmbio Científico e Tecnológico de Práticas Inovadoras de Gestão Escolar, que promoveu o diálogo entre as equipes gestoras das escolas de Barreiras e Região. As escolas apresentaram suas práticas de gestão; as ações foram socializadas e discutidas pelos envolvidos; e ao final, construíram indicações para futuras atividades que contemplem outras dimensões da gestão.

Conforme Capanema (2004), princípios e valores subjacentes à manutenção, à proteção e ao desenvolvimento da democracia no Brasil estão expressos com muita clareza. A LDB estabelece a gestão democrática da escola, art. 13, inciso I e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares (art. 14, inciso II), acenando para uma progressiva conquista de autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 15).

Ferreira (1998, p. 113) acredita que a gestão da educação é um valor universal para a construção de uma sociedade mais humana, onde todos “possam desenvolver-se como seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter”. Segundo Palazzo, Pimentel e Oliveira (2007), para que haja gestão democrática na escola pública, é necessária a implementação de mecanismos: a participação, a escolha dos diretores, a descentralização, a autonomia, a constituição, o funcionamento dos Conselhos Escolares, o projeto político-pedagógico, e a avaliação institucional.

O movimento de descentralização da educação, no contexto brasileiro, é ainda muito complexo e conflitante, principalmente, no que tange ao grau de maturidade dos grupos sociais ligados diretamente à organização. Para Formosinho (2005), a principal vantagem da descentralização é aumentar a adequação da administração pública para a resolução dos problemas locais.

No Brasil, o ensino fundamental representou uma conquista na luta da sociedade civil pela democratização do acesso à educação. A partir da definição constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, prescreveu a constituição curricular e político-pedagógica a ser desenvolvido pela escola e a atuação de seus profissionais, tornando a oferta pelo Estado e a obrigatoriedade da matrícula pelas famílias uma conquista de alcance social, político e econômico. O IDEB calculado na Bahia, em 2015, foi de 4,4 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 3,4 nos anos finais, aquém dos índices do Brasil, de 5,3 e 4,2, respectivamente. A situação consiste num problema complexo que requer discussões acerca da profissão docente e dos impactos produzidos na aprendizagem dos alunos.

A ação de extensão apresentou um panorama das práticas inovadoras de gestão e as ações realizadas pelas secretarias de educação com foco na melhoria do IDEB. Os municípios partícipes foram Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.

Quadro 1 – Percepção dos gestores sobre a relação do IDEB com o trabalho de gestão

Participantes	Relatos
Gestor A	A escola obteve sucesso porque fez planejamento. Houve certa articulação com a secretaria de educação e a escola.
Gestor B	Precisamos de compromisso político da gestão; precisa pensar em metas futuras; e garantir a formação continuada e permanente
Gestor C	Garantia da aprendizagem em sala de aula.
Gestor D	A escola precisa de autonomia. A secretaria apoia as decisões.
Gestor E	Ações de gestão norteadas pelos resultados.
Gestor F	Encontros de formação; pesquisa; grupo de trabalho norteados pela avaliação externa com monitoramento; coordenação coletiva; aplicação de questionários em toda rede; e simulados.

Fonte: Pesquisa

O quadro 1, aponta percepção dos gestores sobre a relação do IDEB com as práticas de gestão desenvolvidas nas escolas. Notam-se relatos intimistas sobre o cotidiano, cuja experiência na academia e os índices atuais foram imprescindíveis para a elaboração de um plano de ação que contribuísse para melhores resultados da aprendizagem. Outro ponto em destaque é a importância do planejamento coletivo, do compromisso e da autonomia dos gestores para a efetivação de uma prática condizente com a aprendizagem dos estudantes. Por fim, a notoriedade da formação continuada dos profissionais da educação e da pesquisa como instrumento norteador das atividades educativas.

Conclusão

Espera-se que o trabalho desenvolvido por meio da pesquisa e extensão possa constituir como ação promotora de reflexão, socialização das ações e indicação de ações que subsidiem as transformações necessárias à melhoria da qualidade da educação. Acredita-se que o encontro e os resultados possam interferir na educação do município, bem como disseminar na Rede Municipal de Ensino a cultura da pesquisa e das ações que contribuam para que as escolas implementem projetos pedagógicos, à luz dos resultados das avaliações externas.

Referências

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CAPANEMA, Clélia de Freitas. Gênese das mudanças nas políticas públicas e na gestão da educação básica. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA João Ferreira de (Orgs.). **Gestão e políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: _____ (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FORMOSINHO, João. Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público. In: FORMOSINHO, João *et al.* **Administração da educação**: lógicas burocráticas e lógicas de mediação. Porto: ASA Editores, S.A., 2005, p. 13-52.

PALAZZO, Janete; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de. Os caminhos da educação básica na perspectiva da gestão democrática. **e-Revista Facitec**, Brasília, v. 6, n. 1, jan.-jul. 2011. Disponível em: <<http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/83/54>>. Acesso em: 15 dez.2017